

# Avaliação *Ex post* do Acordo de Parceria Económica (APE) entre a UE e os seus Estados-Membros e os Estados APE da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

(TRADE2022/C1/C12 - 2022/OP/0007)

## Resultados preliminares sobre os efeitos do APE

Outubro de 2023



Este projecto é financiado pela União Europeia. As opiniões expressas no presente documento não representam o ponto de vista oficial da Comissão Europeia ou dos governos dos Estados do APE da SADC

Implementado por  
uma equipa liderada por



**bkp** ECONOMIC ADVISORS

# Resultados preliminares sobre os efeitos do APE



Efeitos económicos



Efeitos sociais



Efeitos ambientais



Efeitos sobre direitos humanos

# Efeitos económicos

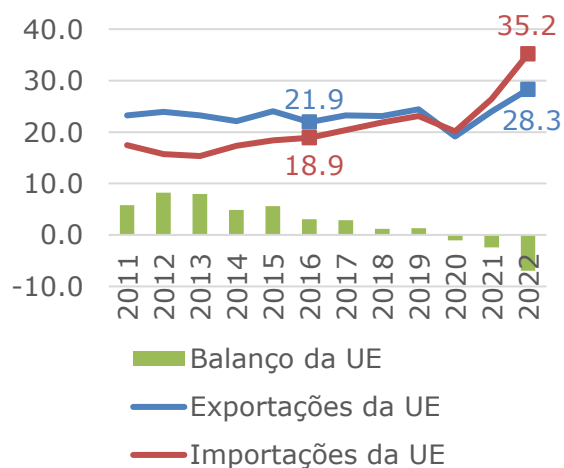
# Visão Geral

- **Panorama da evolução do comércio entre os Estados do APE SADC e a UE**
  - Ao longo do tempo (antes/durante o APE)
  - Em comparação com outros parceiros comerciais
  - Problema: muitos factores intervêm, para além do APE
- **Resultados do modelo de equilíbrio geral computável (CGE)**
  - Isolar o impacto do APE, comparar a situação real até 2022 com dois valores contra factuais:
    - Cenário A: O TDCA teria prevalecido
    - Cenário B: Não teria sido celebrado qualquer acordo comercial
  - Mas: versão simplificada da realidade

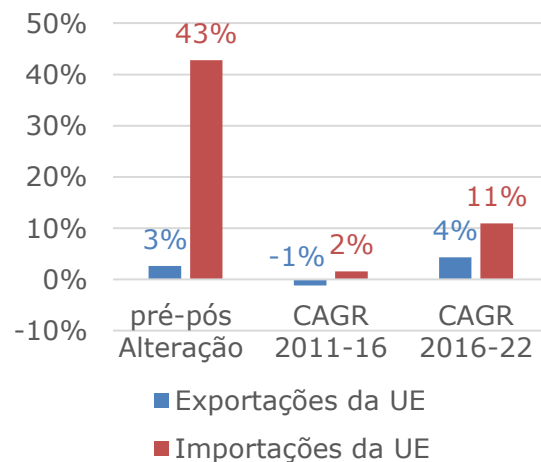
# Desempenho comercial ao longo do tempo

1. O comércio entre a UE27 e os seis parceiros do APE SADC ficou estagnado entre 2011 e 2016, mas desde 2016 aumentou substancialmente
2. O crescimento médio do comércio bilateral foi mais elevado desde o APE, em ambos os sentidos
3. A África do Sul representa cerca de 80%-90% do comércio bilateral - em consonância com a sua quota no PIB regional
4. O comércio UE-Moçambique também aumentou, e cresceu mais rapidamente, desde que o APE começou a ser aplicado em 2018

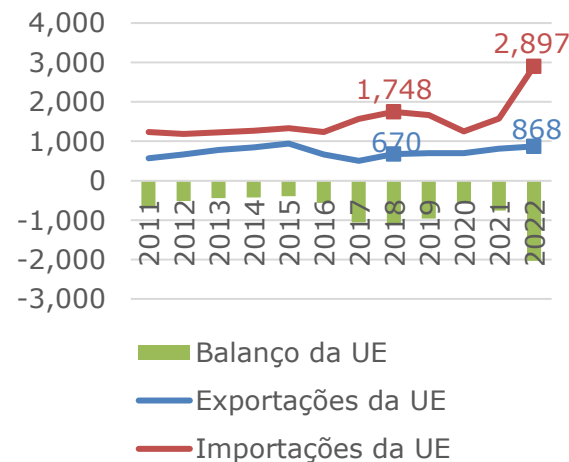
**Comércio bilateral UE-Estado do APE SADC, 2011-2022 ( bilhões de €)**



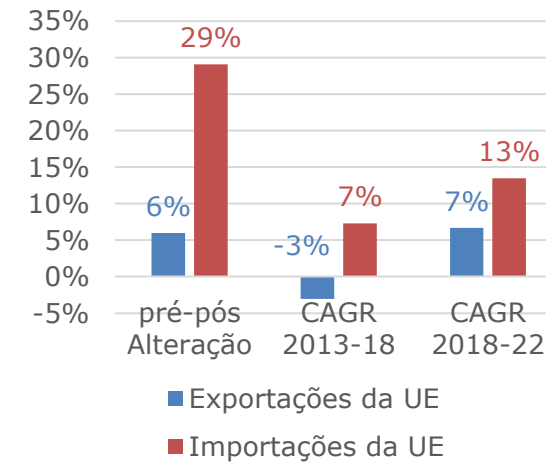
**Taxas de crescimento do comércio UE-SADC antes e depois do APE**



**Comércio bilateral UE-MOZ, 2011-2022 (milhões de euros)**



**Taxas de crescimento do comércio UE-MOZ antes e depois do APE**



# Composição sectorial do comércio (1)

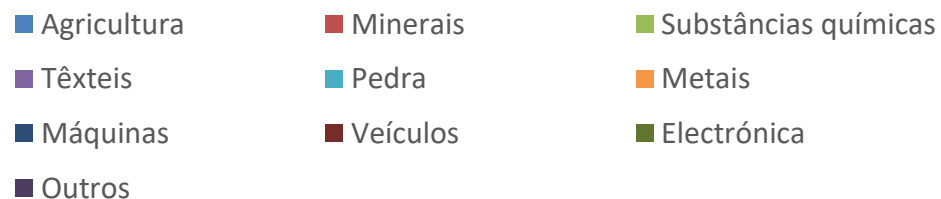
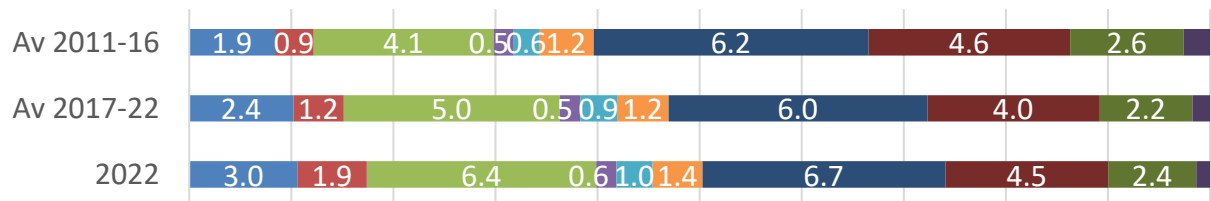
1. As alterações na composição do comércio ao longo do tempo têm sido limitadas, a **níveis agregados regionais**:

- As exportações da UE para os APE da SADC são lideradas por maquinaria, substâncias químicas e veículos
- As importações da UE provenientes dos APE SADC são lideradas por cinco grandes sectores: pedra (sobretudo minerais preciosos), veículos, minerais, metais e agricultura

**Comércio UE-Estados APE SADC por grande sector ( biliões de euros, %)**

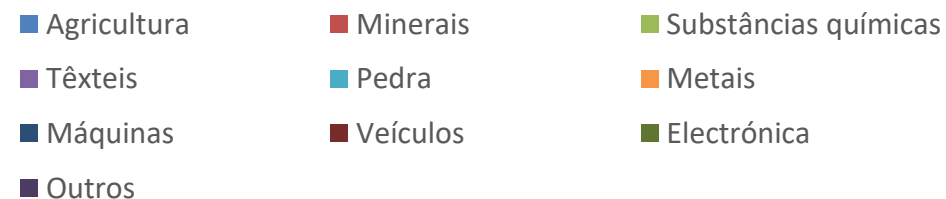
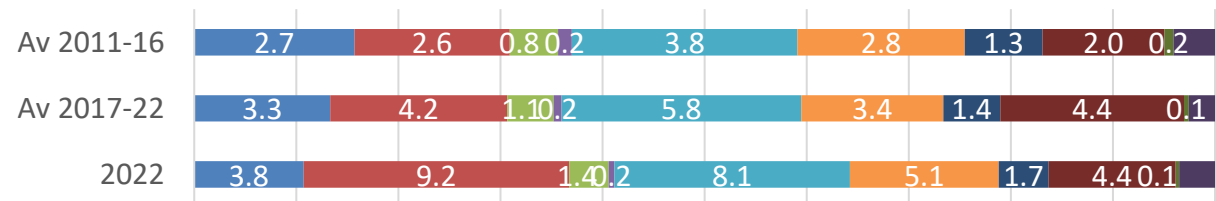
**Exportações da UE para os Estados do APE SADC**

0% 10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%



**Importações da UE provenientes dos Estados do APE SADC**

0% 10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%



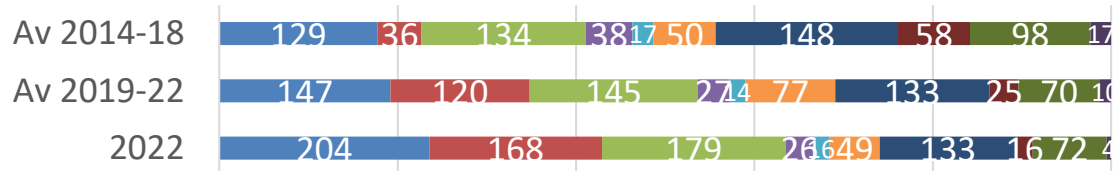
# Composição sectorial do comércio (2)

2. A composição do comércio varia substancialmente entre os Estados do APE SADC. Para **Moçambique**:
- As exportações da UE de produtos agro-alimentares, minerais e químicos cresceram à custa de outros
  - As importações da UE são dominadas pelos metais (alumínio), seguidos pelos minerais e pela agricultura/peixe (quota decrescente)

Comércio entre a UE e Moçambique por grandes sectores (milhões de euros, %)

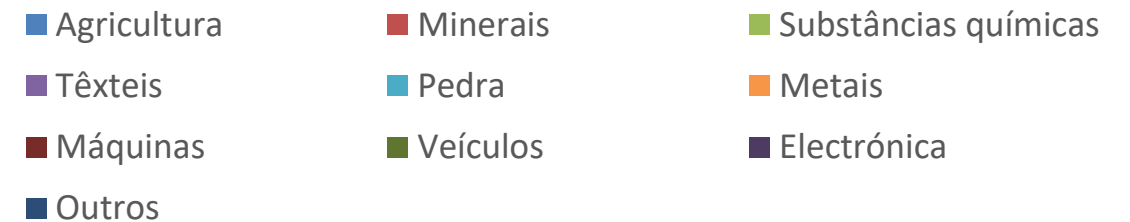
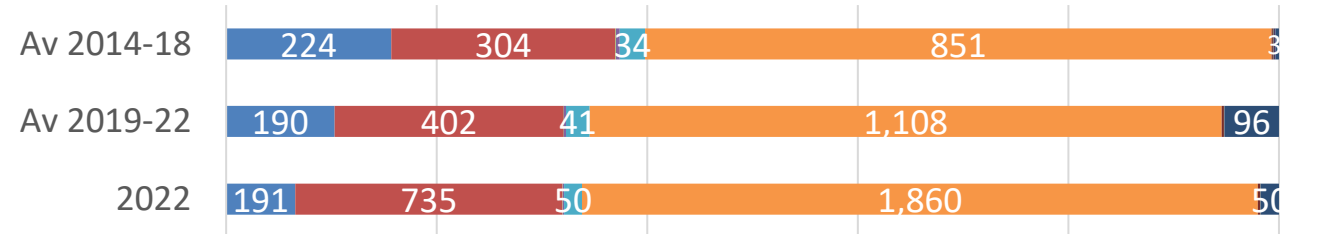
Exportações da UE para Moçambique

0% 20% 40% 60% 80% 100%



Importações da UE provenientes de Moçambique

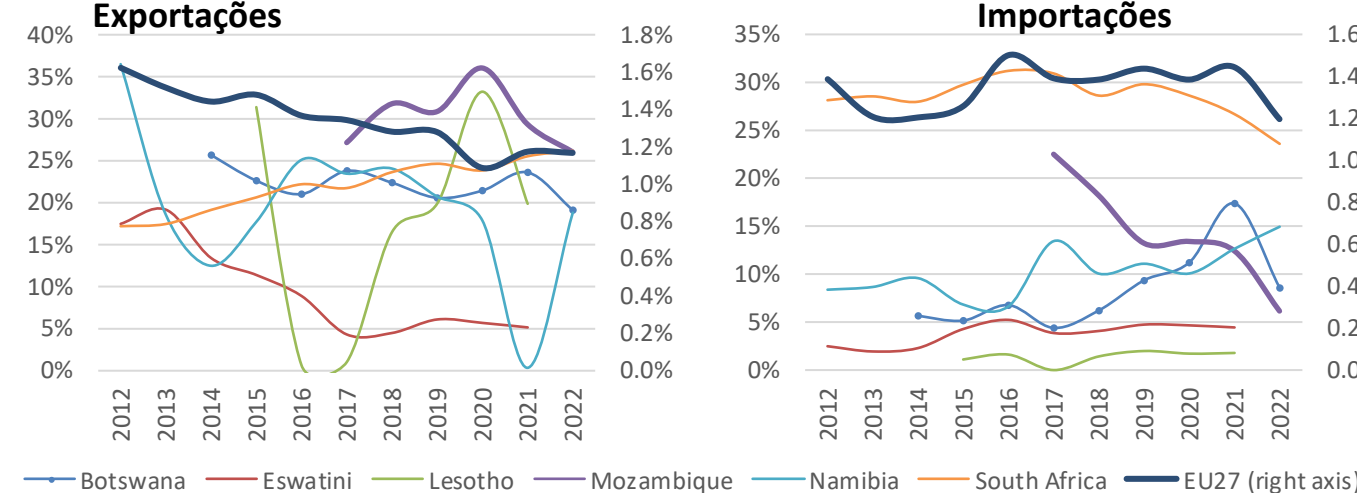
0% 20% 40% 60% 80% 100%



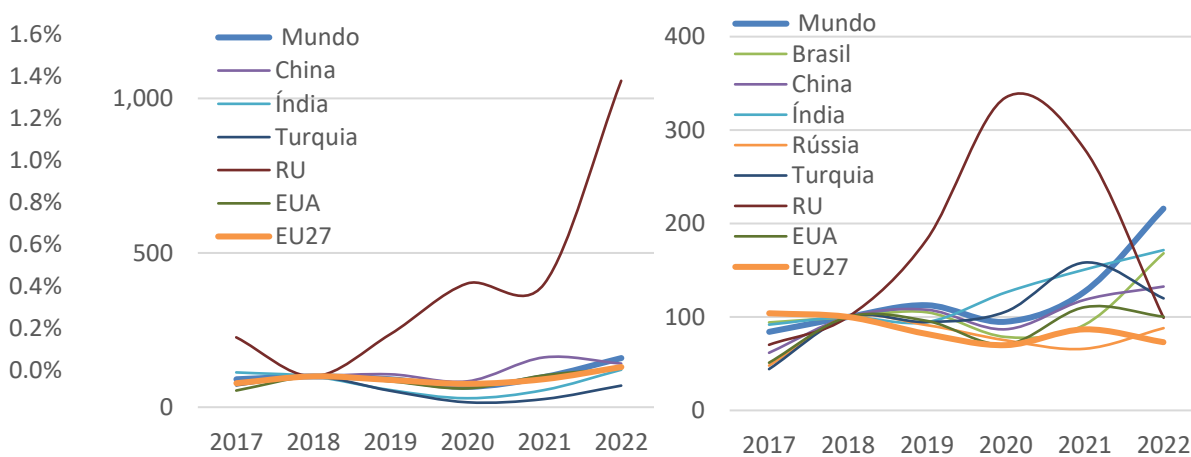
# Comércio bilateral

1. Apesar do APE, os Estados do APE SADC perderam alguma importância como destino das exportações da UE a longo prazo (em relação ao total das exportações extra-UE da UE)
2. A quota-parte da UE nas exportações da maioria dos Estados do APE SADC manteve-se constante - em consonância com o acesso preferencial contínuo ao mercado de que estas exportações beneficiam na UE ao abrigo do APE
3. As diferenças entre os Estados do APE SADC são grandes - para **Moçambique**:
  - As exportações para a UE evoluíram em consonância com outros mercados, enquanto as importações da UE registaram um desempenho inferior

Percentagem do comércio bilateral UE-SADC do APE no comércio total das Partes, 2012-22



Comércio de Moçambique com a UE versus comércio com outros parceiros (índice, 2018=100)





# Resultados do modelo CGE - macro

- O APE reduz os direitos aduaneiros para o comércio bilateral (**cenário A**, direitos aduaneiros ponderados pelo comércio):
  - Exportações da UE para os Estados do APE SADC: de 5,74% para 0,5%
  - Exportações dos Estados do APE SADC para a UE: de 1,44% para 0,03%

=> **Expansão do comércio bilateral - em cerca de 5,9%**
- O aumento do comércio contribuiu para um **impacto positivo no PIB real** de todas as Partes
  - **Moçambique** (0,11%) regista ganhos acima da média
- **O bem-estar económico melhorou** tanto na UE (um ganho de 543 milhões de euros) como no conjunto da região do APE SADC (um ganho de 452 milhões de euros)
  - Efeito negligenciável no bem-estar de **Moçambique** devido ao impacto negativo nos preços (termos de troca, deflator do PIB e preços no consumidor mais baixos); aumento dos salários reais e da produção
- Impacto do cenário B substancialmente maior para a região do APE SADC no seu conjunto
  - Mas diferenças limitadas entre cenários para Moçambique (quase nenhuma diferença nas preferências pautais)

# Resultados do modelo CGE - macro

## Cenário A:

Comércio bilateral		África do Sul	Moçambique	Botswana	Namíbia	Lesoto	Eswatini	SADC Total	
Exportações bilaterais da UE (milhões de euros, preços de 2022)		2701	275	29	34	24	8	3070	
Exportações bilaterais da SADC (milhões de euros, preços de 2022)		1003	8	12	266	1	3	1292	
Bem-estar e PIB		EU27	África do Sul	Moçambique	Botswana	Namíbia	Lesoto	Eswatini	SADC Total
Bem-estar económico (milhões de euros)		543	293	-10	19	149	2	0	452
PIB real (variação em %)		0,0018	0,025	0,108	0,021	0,075	0,140	0,043	0,029

## Cenário B

Comércio bilateral		África do Sul	Moçambique	Botswana	Namíbia	Lesoto	Eswatini	SADC Total	
Exportações bilaterais da EU (milhões de euros, preços de 2022)		8352	276	81	91	27	21	8849	
Exportações bilaterais da SADC (milhões de euros, preços de 2022)		5880	-2	13	273	1	4	6168	
Bem-estar e PIB		EU27	África do Sul	Moçambique	Botswana	Namíbia	Lesoto	Eswatini	SADC Total
Bem-estar económico (milhões de euros)		593	1507	-16	2	124	-4	-13	1599
PIB real (variação em %)		0,0025	0,042	0,103	0,006	0,087	0,183	0,092	0,044

# Impactos sectoriais na SADC - Visão geral

- Metade dos sectores da SADC registou um aumento das exportações bilaterais para a UE devido ao APE
- Praticamente todos os sectores da SADC assistiram a um aumento das importações bilaterais da UE no âmbito do APE
- Os sectores da SADC que não beneficiam da liberalização tarifária da UE tiveram um desempenho marginalmente inferior ao abrigo do APE, uma vez que os recursos da SADC foram reafectados a sectores impulsionados pelo APE
- O impacto global num determinado sector reflecte o efeito líquido de:
  - Ganhos nas exportações bilaterais para a UE, impulsionados pelos APE;
  - Penetração das importações de produtos da UE nos mercados da SADC impulsionada pelos APE;
  - Efeitos de desvio do comércio (reorientação das actuais exportações da SADC para terceiros para os mercados da UE e mudança de origem das importações de terceiros para fornecedores da UE)
  - Impacto nas vendas no mercado interno dos ganhos de rendimento decorrentes dos APE - ganhos nos sectores não comercializados

# Resultados sectoriais do CGE - Exportações de Moçambique para a UE

- Sem o APE, Moçambique teria beneficiado do tratamento preferencial do EBA na UE em ambos os cenários modelados. Por conseguinte, o impacto directo nas exportações de Moçambique para a UE devido ao APE é mínimo (e a diferença entre os cenários é mínima).
  - Os serviços comerciais registam o maior aumento das exportações bilaterais: 5,8 milhões de euros
  - Esta evolução deve-se mais à actividade económica adicional gerada pelo APE do que à liberalização específica do sector
- Vários sectores registam diminuições muito modestas nas exportações bilaterais:
  - O açúcar regista uma redução modesta de 0,95 milhões de euros
  - Esta situação resulta do desvio de comércio, uma vez que outros Estados do APE SADC que beneficiam da liberalização pautal na UE neste sector ganham quota de mercado

# Resultados sectoriais do CGE - Importações de Moçambique da UE

- Sem o APE, Moçambique teria imposto direitos aduaneiros NMF sobre as importações da UE em ambos os cenários modelados. Por conseguinte, muitos sectores teriam sofrido um impacto directo
- São apresentados os sectores que registam a maior penetração das importações de produtos da UE em resultado do APE
- As importações em todos estes sectores obtêm ganhos acima da média no mercado moçambicano, excepto os serviços comerciais, que são afectados por ganhos de rendimento e não pela liberalização

	Importações bilaterais (milhões de euros)	Importações bilaterais (variação em %)
Produtos metálicos	33,46	33,25
Substâncias químicas	30,81	22,19
Informática/electrónica/ótica	28,57	53,90
Equipamento eléctrico	26,91	51,08
Outras Fabricantes	22,93	53,14
Máquinas e equipamentos	18,33	32,32
Outras carnes	16,59	63,12
Borracha e plásticos	15,22	47,79
Serviços comerciais	14,55	6,21
Borracha e plásticos	11,84	35,13

# Resultados sectoriais do CGE - Moçambique impacto total no valor das expedições (1)

- O impacto total num sector é a soma do total das suas exportações para todos os mercados (que tem em conta a reorientação das exportações existentes para a UE) e das expedições internas (que tem em conta a penetração das importações de todas as fontes)
- Os impactos reflectem tanto a quantidade como o preço
- Os principais sectores de ganho de Moçambique em termos de remessas totais são o sector da energia
  - Os ganhos de exportação de gás e electricidade destinam-se à SADC, impulsionados pelos ganhos de rendimento dos APE nos parceiros da SADC
- Os ganhos de exportação dos produtos químicos e da silvicultura destinam-se a terceiros
- O aumento das importações de produtos químicos da UE tem um impacto limitado nos produtores moçambicanos, uma vez que os ganhos da UE se fazem à custa de terceiros

## Sectores mais afectados positivamente em Moçambique, por valor das expedições totais, Cenário A (milhões de euros)

	Exportações totais	Expedições nacionais	Total de expedições
Carvão	14,97	0,01	14,98
Gás	5,84	-0,02	5,82
Energia eléctrica	3,65	-0,59	3,06
Substâncias químicas	2,22	-1,09	1,13
Silvicultura	0,93	0,13	1,06

# Resultados sectoriais do CGE - Moçambique impacto total no valor das expedições (2)

- Os sectores mais afectados negativamente em Moçambique são os da área dos serviços
- Estes impactos resultam principalmente dos efeitos sobre os preços - as tarifas mais baixas no âmbito do APE reduzem os preços e, por conseguinte, o valor das vendas
- A outra carne, os produtos de papel e os serviços comerciais são os principais sectores afectados pelo comércio
- Em termos percentuais, o sector dos produtos de papel tem, de longe, o maior impacto negativo nas vendas (5,87 milhões de euros ou -9,1%)
- Em termos percentuais, o sector dos produtos de papel tem, de longe, o maior impacto negativo nas vendas (5,87 milhões de euros ou -9,1%)
- Caso contrário, os impactos nas transferências totais são negligenciáveis

## Sectores mais negativamente afectados em Moçambique, por valor das expedições totais, Cenário A (milhões de euros)

	Exportações totais	Expedições nacionais	Total de expedições	
	(milhões de euros)	(milhões de euros)	(milhões de euros)	% ch
Serviços públicos	0,02	-9,72	-9,70	-0,12
	0,28	-8,55	-8,27	-0,86
Serviços financeiros	0,07	-6,51	-6,44	-0,37
Serviços financeiros	-0,31	-5,56	-5,87	-9,11
Outras carnes	0,00	-4,08	-4,08	-2,19
Gado	0,09	-3,77	-3,68	-0,66
Trigo	0,07	-3,05	-2,98	-0,31
Serviço comercial.	6,73	-8,86	-2,13	-0,19

# Efeitos sociais



# Contexto / linha de base

- **Principais questões Sociais nos Estados do APE da SADC (e ligações com o comércio)**
  - A economia e a estrutura de exportação de alguns Estados do APE SADC estão centradas em sectores de capital intensivo (como o sector mineiro) que não criam muitos postos de trabalho. Outros têm elevadas percentagens de emprego na agricultura de subsistência, com elevados níveis de informalidade e baixos rendimentos que preservam a pobreza.
  - A diversificação da economia e das exportações pode criar empregos para homens e mulheres (na agricultura, na indústria e nos serviços), contribuindo para reduzir as elevadas taxas de desemprego, a pobreza e a vulnerabilidade do emprego.
  - Os Estados do APE SADC beneficiariam igualmente da melhoria da qualidade do ensino, incluindo a formação profissional, para aumentar a empregabilidade das pessoas, nomeadamente nos empregos criados pelo comércio e pelo investimento.
- **Principais questões sociais em Moçambique (e ligações com o comércio)**
  - O emprego na agricultura oferece oportunidades de exportação (por exemplo, tabaco, frutos secos). O rendimento das vendas para exportação pode contribuir para a redução da pobreza e do trabalho infantil, pelo menos a nível local.
  - O país beneficiaria igualmente de uma melhoria da qualidade do ensino, a fim de dotar as pessoas das competências necessárias para o exercício de funções nos sectores da indústria (de transformação) e dos serviços que produzem para o mercado interno e para as exportações.
  - Os complexos requisitos de registo mantêm muitas empresas (e, por conseguinte, empregos) na informalidade. Embora representem oportunidades de rendimento, a informalidade restringe o acesso ao capital, à tecnologia, aos mercados e às competências.

# Resultados - Estados do APE SADC

- **Com base nos efeitos económicos, os impactos sociais globais dos APE são limitados, mas são mais pronunciados em alguns sectores, com diferenças entre países**
  - A nível sectorial (para toda a região), graças às exportações para a UE, estima-se um aumento do emprego em sectores como os dos produtos hortícolas, frutos e nozes; açúcar; alimentos preparados; e automóvel.
  - O aumento das importações da UE pode ter tido um efeito negativo no emprego em sectores como o vestuário, o couro, a borracha e os plásticos.
  - As importações de maquinaria e equipamento podem apoiar a capacidade de produção interna da SADC.
- **Progressos na ratificação e aplicação das convenções da OIT, mas sem ligações com os APE**
  - Os Estados do APE SADC ratificaram outras convenções da OIT durante o período abrangido pelo relatório.
  - Foram igualmente realizados progressos na aplicação das convenções da OIT: foram elaboradas leis novas ou revistas (e algumas delas adoptadas), foram elaborados planos de acção (por exemplo, sobre a eliminação do trabalho infantil ou do tráfico de seres humanos) e as famílias pobres com crianças receberam apoio.
  - No entanto, estas actividades não parecem estar ligadas aos APE, mas sim à agenda política nacional, a outros compromissos (por exemplo, os ODS) ou à cooperação com a OIT no âmbito dos programas nacionais de trabalho digno.

# Resultados - Moçambique

- **O acesso preferencial prévio ao mercado da UE (ao abrigo do TMA) significa efeitos limitados do APE**
  - Neste contexto, foi estimada uma criação limitada de emprego em sectores como o carvão, o gás, as bebidas e o tabaco, e o couro (efeitos potenciais limitados para a redução da pobreza).
  - O aumento das importações da UE pode ter tido um efeito negativo no emprego em sectores como o trigo, a carne, os produtos lácteos, o papel, a borracha e os plásticos e a maquinaria (embora esta última possa também aumentar a capacidade de produção interna).
- **Exemplos de outros desenvolvimentos relacionados com o trabalho (mas sem ligações claras à APE)**
  - MdE assinado em 2018 para eliminar o trabalho infantil do sector do tabaco. Infra-estruturas escolares adicionais para os filhos dos agricultores que cultivam tabaco, refeições gratuitas nas escolas, acções de sensibilização e formação.
  - Implementação do Plano de Acção Nacional de Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil 2017-2022.
  - Comité Consultivo Tripartido do Trabalho consultado sobre a política nacional de emprego e (ao abrigo da Convenção n.º 144 da OIT) sobre a futura ratificação (ver infra) e aplicação das convenções da OIT.
  - Ratificação da Convenção n.º 176 da OIT (segurança e saúde nas minas), da Convenção sobre o trabalho marítimo, do Protocolo de 2014 à Convenção n.º 29 da OIT e do Protocolo à Convenção n.º 81 (inspeção do trabalho).

# Efeitos ambientais

# Contexto / linha de base

- **Principais questões ambientais nos Estados do APE da SADC (e ligações com o comércio)**
  - Os países da SADC partilham muitas características, incluindo uma elevada vulnerabilidade climática
  - Emissões de gases com efeito de estufa (GHG) baixas mas em crescimento em todos os países, excepto na África do Sul, onde as emissões já são elevadas
  - Grandes preocupações ambientais ligadas à exploração mineira
- **Principais questões ambientais em Moçambique**
  - Moçambique é afectado, em média, por um ciclone tropical ou uma inundação de dois em dois anos e uma seca de três em três anos
  - Elevadas perdas económicas, aumento da insegurança alimentar, migração e deslocações internas
  - As emissões de gases com efeito de estufa provenientes da utilização dos solos, da reafectação dos solos e da silvicultura (LULUCF) são os principais factores que contribuem para o aumento das emissões, embora estas permaneçam baixas em termos absolutos
  - 267 000 ha de florestas perdidas anualmente (0,79% das florestas), sendo a agricultura o principal factor de desmatamento

# Resultados - Estados do APE SADC

- **A análise económica indica efeitos comerciais relativamente limitados do APE**
  - Não foram identificados efeitos estruturais importantes em relação a uma diversificação das exportações
  - Os níveis de aumento das exportações dos países da SADC para a UE em resultado do APE são bastante limitados
  - O aumento das emissões de GHG também só pode ser atribuído ao APE de uma forma limitada
- **Os desenvolvimentos ambientais não mostram uma relação causal clara com os APE**
  - Todos os Estados têm a ambição de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em comparação com a evolução habitual nos seus contributos determinados a nível nacional (actualizados) para o Acordo de Paris
  - Maior parte das reduções de GHG visadas em todos os países sujeitos a apoio multilateral

# Resultados - Moçambique

## ■ Nenhum efeito de escala do EPA

- Moçambique beneficiava de um acesso preferencial ao mercado da UE antes do APE
- As exportações flutuaram entre 2016-2022: aumentaram de 2016 a 2018, quando Moçambique aderiu ao APE, caíram em 2019 e 2020, e depois aumentaram até 2022
- As emissões de GHG, incluindo LULUCF, diminuíram: 109,32 tCO<sub>2</sub>eq em 2016 para 103,81 tCO<sub>2</sub>eq em 2020
- As emissões excluindo LULUCF aumentaram marginalmente: 31,8 tCO<sub>2</sub>eq em 2016 para 33,7 tCO<sub>2</sub>eq em 2020

## ■ Não há ligação entre os desenvolvimentos ambientais e o APE

- *Evolução das políticas:* NDC actualizado para o Acordo de Paris em 2021, segunda comunicação nacional à CQNUAC e primeiro relatório bienal de actualização à CQNUAC em 2022; compromissos para travar e inverter a perda de florestas e a degradação dos solos até 2030; assinatura em 2019 de acordos de pagamento de redução de emissões com o Fundo de Carbono do Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal
- Não há provas de que estas acções políticas estejam ligadas aos APE
- Potenciais efeitos futuros do Mecanismo Tranfronteiriço de Ajustamento do Carbono (CBAM) da UE sobre as exportações de alumínio (provavelmente após 2026, não no âmbito da avaliação)

# Efeitos sobre direitos humanos



# Contexto / linha de base

## ■ Principais questões de direitos humanos (e ligações com o comércio)

- Os Estados do APE SADC partilham vários problemas em matéria de direitos humanos: protecção insuficiente dos trabalhadores informais, discriminação, trabalho infantil, tráfico de seres humanos
- Grandes preocupações em matéria de direitos humanos em alguns sectores económicos, por exemplo, violações dos direitos fundiários e laborais no sector extractivo, trabalho infantil (especialmente na agricultura)

## ■ Principais questões de direitos humanos em Moçambique

- Situação difícil na província de Cabo Delgado (e Niassa e Nampula)
- Vulnerabilidade a múltiplos riscos climáticos (ciclones periódicos, secas, inundações e epidemias relacionadas) - insegurança alimentar, habitação, água, saneamento e outras infra-estruturas
- Expansão do sector extractivo - violações dos direitos fundiários, do trabalho, da segurança e da distribuição dos recursos
- Elevada informalidade (85%), baixo nível de sindicalização, elevado número de trabalhadores migrantes
- Trabalho infantil e trabalho forçado em alguns sectores (por exemplo, mineração artesanal, tabaco)

# Resultados - Estados do APE SADC

- **A análise económica indica efeitos comerciais relativamente limitados do APE**
  - Não foram identificados efeitos importantes no PIB, no bem-estar e nos salários
  - Aumento modesto do emprego em todos os Estados do APE da SADC, excepto na África do Sul (e na Namíbia)
  - O aumento das exportações e da produção devido ao APE é limitado em todos os Estados APE da SADC, exceto na África do Sul
- **Algumas questões de direitos humanos indicam uma relação causal com o APE**
  - Alterações limitadas no emprego em todos os Estados do APE da SADC, mais significativas na África do Sul - Impacto misto do APE no direito a um nível de vida adequado
  - Os efeitos sectoriais relacionados com as vulnerabilidades pré-existentes são objeto de uma análise mais aprofundada

# Resultados - Moçambique

- **Pouco conhecimento sobre o APE em Moçambique**
- **Efeito limitado do APE nos direitos humanos**
  - Moçambique beneficiava de um acesso preferencial ao mercado da UE antes do APE
  - Os efeitos do APE são limitados:
    - Alterações no emprego - impacto misto limitado no direito a um nível de vida adequado
    - Nenhuma alteração nos sectores agrícolas em resultado do APE (direito à alimentação)
    - Até à data, não há evidências do impacto dos APE na exploração mineira e nos minerais (direitos fundiários)
- **Não há ligação entre a melhoria dos direitos humanos e o APE**
  - Novos compromissos das partes para a implementação do Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo de 2019, melhoria do quadro jurídico e gestão das eleições em 2019, encerramento da última base militar da RENAMO em Junho de 2023
  - Continuação das questões de direitos humanos decorrentes da situação em Cabo Delgado
  - Não há evidências de que estas acções e desenvolvimentos estejam ligados ao APE

# Avaliação *Ex Post* do Acordo de Parceria Económica (APE) entre a UE e os seus Estados-Membros e os Estados APE da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)



<http://eu-sadc.fta-evaluation.eu>



[eu-sadc@fta-evaluation.eu](mailto:eu-sadc@fta-evaluation.eu)